



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. DIEGO ANDRADE)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de outubro de 2002 (Código Civil), para acrescentar o art. 1.694-A, fixando limite de idade para o recebimento de pensão alimentícia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta o art. 1.694-A a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de outubro de 2002 (Código Civil) e fixa o limite de idade para o recebimento de pensão alimentícia pelo filho.

Art. 1.694-A A pensão alimentícia devida ao filho cessa automaticamente aos vinte e um anos completos, independentemente de decisão judicial.

Parágrafo único. A regra do *caput* não se aplica em caso de invalidez do filho alimentando.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, como se sabe, o Código Civil de 2002 é pautado por dois grandes vetores interpretativos, decorrência natural da evolução da nossa sociedade civil: **Probidade** e **Boa-Fé Objetiva**. De fato, à semelhança das relações jurídicas de Direito Público, o novo Código Civil fortaleceu que, nas relações jurídicas de Direito Privado, os envolvidos devem pautar suas condutas pela prova inequívoca da veracidade dos fatos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pois bem, em razão dessa guinada conceitual, o Código Civil de 2002 reduziu a maioridade civil, nos termos do art. 5º, segundo o qual “a *menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil*”. Em outras palavras, **o novo Código Civil definiu que a responsabilidade civil plena começa aos 18 (dezoito) anos**, cuja lógica-jurídica ressalta da ideia de que o homem médio alcança sua plena capacidade a partir daquela idade.

Da mesma forma, em se tratando de Direito de Família, o Código Civil de 2002 define que **o poder familiar termina com a maioridade civil do filho**, nos termos do art. 1.635, inc. III. É dizer: além da plena capacidade civil aos 18 (dezoito) anos, certos direitos e deveres dos pais em relação aos filhos são extintos com a maioridade civil, reduzida pela novel legislação em 2002, justamente em razão daqueles valores interpretativos. **Portanto, aos 18 (dezoito) anos de idade a probidade indica que o filho já consegue atuar sozinho de forma correta, de acordo com as leis e princípios de regência, enquanto que a boa-fé objetiva revela que aquela idade estabelece um padrão ético de comportamento adulto que merece posituação no nosso ordenamento jurídico.**

Por outro lado, não desconheço o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que “*o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos*” (Súmula 358/STJ). **Contudo, pedindo licença àquele nobre Tribunal, entendo que o verbete sumular não reflete a lógica subjacente à maioridade civil prevista no novo Código Civil de 2002.**

Com efeito, os vetores interpretativos mencionados – probidade e boa-fé objetiva – revelam justamente que a maioridade civil aos 18 (dezoito) anos indica que o filho não depende mais dos pais (presunção), sendo certo que o *gap* até os 21 (vinte um) anos de idade busca certamente reforçar uma outra lógica da vida: geralmente nesse período o filho está estudando, seja em uma faculdade, seja em um curso técnico, razão pela qual se mostra razoável e adequado a extensão da pensão alimentícia até os 21 (vinte e um) anos de idade.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Portanto, a partir dos 21 (vinte e um) anos de idade, o novo Código Civil de 2002 presume que o filho, além da plena capacidade civil para todos os atos da vida em sociedade, tem condições de se colocar no mercado de trabalho, desvinculando-se financeiramente do pai por obrigação legal, o que decorre da própria ideia do art. 227¹ da Constituição Federal de 1988, que define ser obrigação da família não apenas educar, mas fomentar no filho a busca por uma profissão, buscar, enfim, sua dignidade, sua liberdade plena.

Por fim, o encerramento do dever legal de pagamento de pensão alimentícia ao filho não significa necessariamente o fim da ajuda financeira, mas simplesmente estabelece que o Estado não mais interfere nessa relação jurídica, competindo doravante aos pais e filhos – pautados pela probidade e boa-fé objetiva – definirem novos horizontes para essa relação jurídica-familiar.

Assim, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, de setembro de 2020.

Dep. DIEGO ANDRADE
PSD/MG

¹ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

